

PROPÓSITOS E LINHAS ORIENTADORAS DO PROGRAMA ELEITORAL DO PSD

Eleições 05 de Junho de 2011.

Portugal está a viver momentos de grande intensidade e sensibilidade política. Vivemos momentos excepcionalmente difíceis ao nível económico, financeiro e social, com todas as consequências e transversais a toda a sociedade Portuguesa.

Tivemos umas eleições Presidenciais em Janeiro. A seguir o Governo apresentou o 4º PEC que se confirma ter sido comprovadamente bem chumbado. O Governo apresentou a sua demissão e rapidamente teve início o processo de pedido de ajuda financeira às instituições internacionais, com os consequentes compromissos que tivemos que assinar. Neste cenário, os Portugueses estão muito preocupados e têm razões válidas para isso.

Podemos também acrescentar, a todos estes motivos de instabilidade acentuada, um Governo que continua a incendiar o País, ateando o medo do desastre (provocado sempre pelos outros), tentando deitar areia aos olhos de toda a população.

Eis agora que nos encontramos a um mês de umas eleições legislativas decisivas para o futuro de todos nós!

As questões que estão em cima da mesa são claras:

Tem de ser escolhido um Governo que seja capaz, de forma efectiva, de cumprir os acordos agora assinados com a Troika.

Tem de ser escolhido um Governo que tenha reais e efectivas preocupações sociais.

Tem de ser escolhido um Governo que seja capaz de tomar as medidas adequadas de forma a colocar Portugal na rota do crescimento.

Tem de ser escolhido um Governo que seja capaz de Governar para as pessoas e não para as clientelas.

Tem de ser escolhido um Governo sério, credível e capaz.

Tem de ser escolhido um Governo que devolva a esperança a Portugal.

"Como estamos, à distância de 30 dias das eleições ?"

Estamos num País que fruto de uma desastrosa Governação nos últimos seis anos provocou:

- **O pior crescimento económico médio dos últimos 90 anos** com divergência dos níveis de vida com a média europeia.
- **A maior taxa de desemprego dos últimos 90 anos** com quase **700.000 desempregados** e mais de 300.000 desempregados de longa duração.
- **O crescimento acelerado da despesa pública** e do avolumar de encargos sobre as gerações futuras.
- **A maior dívida pública, directa e indirecta, dos últimos 160 anos**, tendo duplicado nos últimos 6 anos.
- **A maior dívida externa dos últimos 120 anos**, tendo igualmente quase duplicado nos últimos 6 anos e sendo hoje quase 8 vezes maior do que as nossas exportações.
- As **dívidas das famílias** atingem cerca de 100% do PIB e 135% do Rendimento Disponível.
- As **dívidas das empresas** são equivalentes a 150% do PIB.
- Cerca de 50% do nosso endividamento nacional deve-se, directa ou indirectamente, ao nosso **Estado**.
- **Portugal está hoje no top 10 dos países mais endividados do mundo** em praticamente todos os indicadores possíveis.
- **A mais baixa taxa de poupança nacional bruta (privada e pública) dos últimos 50 anos**, em queda continuada e muito afectada pelos défices públicos dos últimos 6 anos.
- **A segunda maior vaga emigratória dos últimos 160 anos**, saindo nesta fase do país pessoas qualificadas (a maior fuga de cérebros na zona da OCDE).
- **O acentuar das desigualdades sociais** e das assimetrias regionais, pondo em causa a coesão nacional.

- **Sistema de justiça num caos** com 1,6 milhões de casos pendentes nos tribunais civis (em 1995, havia 630 mil).
- **A pior taxa de abandono escolar de toda a OCDE** (só melhor do que o México e a Turquia).

Isto não é política. São factos. Factos que o Governo negou durante anos até chegarmos a esta lamentável situação.

"A nossa visão para o futuro. O que queremos de Portugal?"

10 anos, 10 objetivos

A nossa visão do futuro, que continuaremos sempre a debater, articular e aprimorar com as forças vivas da nossa sociedade, é caracterizada pela mobilização de todos os Portugueses para atingir em 10 anos, **10 objetivos**:

1. **Um Portugal Solvente e Prestigiado**, com finanças sólidas, uma balança de pagamentos a tender para o equilíbrio, com elevado prestígio na União Europeia e no Mundo e elevada credibilidade nos mercados financeiros
2. **Um Portugal com um Sistema Político Próximo dos Cidadãos**, merecedor de elevados níveis de confiança por parte dos portugueses
3. **Um Portugal com uma Sociedade Confiante**, com elevada mobilidade, dinâmica e solidária, com instituições fortes e independentes, respeitadas pelos portugueses, com um elevado grau de confiança interpessoal e contratual
4. **Um Portugal com uma Justiça Célere e Para Todos**, garante de transparência e segurança nas relações interpessoais e contratuais
5. **Um Portugal com uma Economia Competitiva Globalmente**, inovadora, exportadora, com elevada atractividade global ao nível da agricultura, da floresta, da economia do mar, de certos segmentos da indústria transformadora, do turismo, dos serviços e de segmentos económicos da nova economia e geradora de valor e de empregos nas novas actividades económicas em crescimento

6. **Um Portugal Melhor Administrado**, com um Estado promotor do crescimento e do desenvolvimento sustentável, com uma administração pública eficiente, inovadora e orientada para os cidadãos e para as empresas, com pessoas motivadas, a trabalhar em rede, e baseadas em modelos de organização flexíveis e com actualização intensa das novas tecnologias da informação e garante da coesão social

7. **Um Portugal com Território Inteligente**, seguro, sustentável e atraente, conectado por comunicações de banda larga e serviços móveis, espaços urbanos de qualidade com novos modelos de relação casa-trabalho, suportado por redes de energia eficientes e sustentáveis e de transportes inteligentes.

8. **Um Portugal de Empreendedores**, centrados em inovações para a economia global e suportados por um dinâmico ecossistema financeiro, científico, empresarial e institucional

9. **Um Portugal mais Qualificado** e confiante, com competências ajustadas aos requisitos da empregabilidade da economia global e tecnológica do século XXI

10. **Um Portugal mais Justo, Coeso e com Protecção Social**, sustentável, com serviços sociais personalizados, eficientes, factores da inclusão social, à medida das capacidades do país, em condições de sustentabilidade, com menores assimetrias sociais, com escolas devidamente inseridas nas comunidades locais, e sistemas de saúde, de educação e de segurança social para todos, mas adaptados às necessidades das pessoas e com reforço progressivo da sua liberdade de escolha.

Uma vez atingidos estes objectivos em 10 anos, teremos seguramente conseguido transformar Portugal num país diferente e muito melhor para se viver: Um País que, apesar de integrado no espaço europeu estará muito mais virado para o mundo; próspero; justo; na vanguarda dos valores sociais e civilizacionais; com índices de segurança dos mais elevados no mundo; Um povo preparado e competitivo; Um país com condições naturais (clima, paisagens) de excepção; um legado histórico que só nos orgulha; hospitaleiro para com quem nos visita; e com índices de desenvolvimento (educação, ciência, cultura e desporto) de topo. Este é o país que eu quero para os meus filhos. E estou certo que todos os Portugueses também têm esta ambição.

"Como o vamos conseguir?"

"Os 7 Grandes desafios que o PSD tem para o país."

Para alcançarmos os objectivos enunciados, transformando Portugal num País mais competitivo, próspero e justo, o PSD irá pugnar por sete grandes desafios nacionais:

1. **Gerir e resolver a grave situação financeira**, assumindo, com responsabilidade e transparência, os custos e as condicionantes inerentes. Para este efeito, apostamos numa acção determinada, corajosa e patriótica para enfrentar a realidade que herdamos, através de um **Plano de Estabilização Financeira** e de um **Plano de Emergência Social** para acudir aos mais desprotegidos e carenciados.

2. **Criar condições para acelerar, o mais rapidamente possível, a taxa potencial de crescimento económico, a geração de emprego e a confiança** dos portugueses em geral e dos investidores em particular. Para este efeito, apostamos num verdadeiro choque de produtividade e de competitividade como via para o crescimento económico sustentado, criação de emprego, inclusão social e defesa do Estado Social que seja sustentável e factor de segurança para os portugueses.

3. **Iniciar as transformações estruturais necessárias para um desenvolvimento sustentável do País em todos os níveis**, político-institucional; recuperação da credibilidade financeira e da capacidade de crescimento económico, criando as condições para a revitalização da nossa estrutura produtiva e aumento das exportações; processo de transformação do Estado facilitador da vida dos cidadãos e das empresas; desenvolvimento humano e do modelo social; relações externas ao serviço do desenvolvimento e afirmação de Portugal no mundo.

4. **Dar futuro à juventude**, preparando-a para a vivência, a empregabilidade e a competitividade na nova sociedade do conhecimento, actuando sobre a qualidade e a exigência do sistema de ensino, a ciência e a tecnologia, a inovação, o ensino técnico-profissional e a formação contínua no mundo empresarial.

5. **Aumentar a poupança, reduzir o endividamento externo e exportar mais e melhor**, através de políticas de ajustamento macroeconómicas e da promoção da produtividade e competitividade, apostando na inovação, no empreendedorismo e na acção externa coerente.

6. **Garantir o Estado Social**, através da criação de condições para a sua sustentabilidade económica e financeira, para o crescimento económico e para a criação de emprego, e virando-o mais para os grupos mais frágeis da sociedade.

7. **Promover o desenvolvimento humano e social**, para amenizar os choques sociais resultantes da recuperação da pesada herança socialista, para modernizar a Protecção Social e, assim, salvaguardar o Estado Social, e para qualificar os portugueses para a era da globalização onde o conhecimento terá uma importância acrescida.

"O nosso Programa eleitoral. Uma visão abrangente."

Este é um Programa eleitoral que encara de frente os Problemas e toma medidas para os resolver. É um programa que, longe de ser o ideal, é um programa ambicioso e que pretende MUDAR efectivamente o que está mal, muito mal na nossa sociedade. Não é no entanto o programa ideal: O ideal teria sido que o nosso país estivesse em condições normais, sem estar em estado prévio a uma Bancarrota.

No entanto, há que acabar com as falsidades que o Eng.º Sócrates tem vindo a dizer sobre o programa eleitoral e depois de Governo do PSD

Nunca o PSD disse que acabaria com o Estado Social e não o irá fazer. Aliás o PSD tem muito orgulho no papel preponderante e decisivo que teve na sua origem.

Nunca o PSD permitirá que qualquer jovem em Portugal fique sem estudos por limitações financeiras! Nenhum Jovem! E um Governo liderado pelo PSD vai pagar as suas Bolsas de Estudo a tempo e horas!

Nunca o PSD teria permitido que o número de desempregados chegasse a 700.000!!! Teria criado de imediato medidas de incentivo à criação de emprego, tal como algumas que já propõe neste documento. Não estaria sempre a queixar-se de uma crise internacional onde todos os outros já estão a crescer.

Mas mesmo nestas condições tão difíceis como as que estamos a passar, existem diferentes caminhos que se podem seguir: o Nosso é o de conseguir, simultaneamente, responder a um programa de emergência social de forma a estar sempre ao lado dos mais desprotegidos (idosos, doentes, desempregados, famílias em risco social) e, simultaneamente, iniciar um processo de retoma de uma rota de crescimento na nossa economia, essa sim, geradora de confiança, riqueza, emprego e um futuro com esperança para os nossos filhos.

Numa abordagem abrangente ao programa eleitoral do PSD gostaria de salientar os seguintes 5 pilares com um denominador comum:

O desafio de MUDAR

Síntese de algumas medidas apresentadas no Programa Eleitoral.

1. O Pilar Cívico e Institucional

O sistema político – Uma sociedade civil mais forte e mais activa.

Redução número deputados para 181

Extinção Governos Cívicos

Alteração do sistema eleitoral com a introdução do voto preferencial

Descentralização administrativa

Aprofundamento do municipalismo (transferência de novas competências para os Municípios – Educação, Saúde e Acção Social).

Sistema de Justiça

Dotar os tribunais de uma gestão profissional e do necessário apoio técnico

Sentença simplificada

Extinção da Acção executiva sempre que o título seja uma sentença.

Combate à Corrupção e à informalidade

Assegurar que o Estado é um agente que respeita e promove as regras transparentes e não discriminatórias de mercado.

Racionalizar regulamentação fiscal

Reforçar capacidade para controlo de evasão fiscal

Regulação

Regulação para realização progressiva do Estado Garantia
Transformar entidades reguladoras em Autoridades Administrativas
Independentes

Segurança Nacional

Aproveitamento para Protecção Civil e Emergência de serviços de apoio
comum com o Sistema de defesa Militar

Novo Sistema de Segurança Nacional que inclui as funções de defesa
Nacional, Defesa Militar, Protecção Civil e de Emergência, Segurança Interna,
Informações da República.

2. O Pilar económico e financeiro – Restaurar a credibilidade financeira,
relançar o crescimento, a competitividade e o emprego.
Reduzir o défice externo e o endividamento nacional.

"As Finanças Públicas e controlo dos gastos do Estado ao serviço da economia.

*Uma execução orçamental com base na despesa, para que as poupanças dos cidadãos sejam
encaminhadas para a actividade produtiva e sejam geradores de investimento para promover
o emprego de qualidade.*

*A despesa do Estado deverá recuar até aos 40% do PIB com as receitas fiscais assumirem
menor importância nas contas públicas. Assim, deverá ser eliminado o Estado paralelo, com a
redução de organismos e institutos. Também será intensificado a redução dos consumos
intermédios e promover a partilha de serviços. Redução de subsídios, transferências e
indenizações compensatórias, despesas correntes e de capital.*

*Nova política fiscal de curto prazo, surge em complementaridade com a redução do peso do
Estado na economia, proporcionando ao sector mais dinâmico da economia (privado),
disponibilidades bancárias para facilitar o investimento e apoio à tesouraria das empresas,
num contexto de sérias restrições ao crédito. Está ao serviço da economia no sentido de
emprestar maior competitividade aos sectores exportadores e de substituição de importações,
com efeitos positivos na desaceleração do défice externo. É assim que é proposta a redução da
TSU, com contraproposta no ajustamento fiscal de alguns impostos.*

*Ao mesmo tempo, será importante promover o desendividamento das famílias e empresas.
Por isso é importante, para o PSD, preservar o rendimento real disponível da maioria dos
portugueses. O desendividamento das empresas - hoje equivalente a 150% do PIB - é essencial
para promover novo ciclo do investimento. Para as famílias é essencial a redução do passivo
doméstico, para que possam enfrentar um novo ciclo de altas taxas de juro e não sejam actores
activos na repressão da procura interna (consumo mais investimentos)."*

Programa de ajustamento macro económico

Consolidação Orçamental de qualidade

Recuo da despesa pública para 40% do PIB

Sustentabilidade das finanças públicas

Promoção da poupança e redução do endividamento

Fortalecimento do Sistema bancário e do Financiamento á economia

Programa de Emergência Social

Programa de crescimento, competitividade e emprego

Redução da taxa Social única

Revitalização da agricultura

Estimular produção Nacional compatibilizando e integrando as políticas de apoio ao sector

Revitalização economia do Mar.

Portugal: de país periférico e pequeno a país grande e central no mundo

Revitalização de Portos, logística, transportes marítimos, Turismo Náutico, Pescas e suas indústrias, Construção e reparação Naval.

Turismo

Promover Marca "Portugal" de forma a recuperar danos de imagem provocados pela crise financeira

Empreendedorismo, capital de risco e MPME's

Promover cultura de empreendedorismo, como forma de combater desemprego. Criação da "academia de empreendedorismo Nacional"

Exportações

Reforçar o apoio às empresas exportadoras facilitando o seu acesso ao crédito e reduzindo os custos burocráticos.

Redução da taxa Social única.

3. Um Estado eficiente e sustentável e centrado no cidadão – Um Estado promotor do crescimento económico e desenvolvimento sustentável.

Redução do peso do Estado sem redução ou despedimento de funcionários públicos.

Racionalizar estruturas do Governo. 10 Ministros, 25 Secretários de Estado; metade dos assessores até final da legislatura.

Transparência. Reduzir drasticamente o Estado paralelo (Fundações e Institutos)

Pagamento a 60 dias aos fornecedores do Estado e das Empresas Públicas

Redução de 30% nas despesas de representação do Estado e das EP's

Redução substancial do número de viaturas e sua tipologia no Estado

Conselhos de Administração de apenas 3 membros, quando as empresas não actuem num quadro concorrencial.

Envolver os Agentes da Mudança

Dignificar, valorizar, apoiar e envolver os funcionários públicos

Repensar modelo de aplicação do SIADAP

Rever os sistemas de formação dos funcionários Públicos.

Reestruturar o Sector Empresarial do Estado e acelerar Privatizações

Promover, com acções de Urgência, programas de redução de custos e de endividamento das EP's

Proceder ao seu saneamento financeiro

Diminuir participação do Estado de forma progressiva nas EP's, implementando o programa de privatizações.

Reforçar competências e capacidades dos órgãos de regulação e fiscalização do Estado.

Reavaliar PPPC's

4. O Pilar do desenvolvimento Humano e Modelo Social

Protecção Social, coesão, inclusão e solidariedade

Novo modelo de inovação social e Programa de emergência social

Desenvolver uma rede nacional de solidariedade entre Estado, Autarquias Locais, IPSS's, Misericórdias e restante Sociedade Civil.

Eliminar barreiras burocráticas à distribuição de alimentos por ex. por cantinas

Educação

Garantia de Educação para todos, independentemente da sua capacidade financeira.

Reforço da autonomia das Escolas e crescente participação das Comunidades Locais na sua gestão.

Sistema Nacional de Saúde

Garantia de saúde para todos independentemente da sua capacidade financeira.

Garantir a sustentabilidade económica e financeira do SNS

Garantir médico de família a todos os cidadãos

Promover humanização dos cuidados de saúde. Liberdade de escolha em determinadas áreas e determinados serviços e de forma prioritária nos cuidados primários.

Liberdade de Escolha do médico de Medicina Geral e Familiar.

Sensibilização dos cidadãos aos custos dos cuidados de saúde através da entrega da "factura virtual".

Nova política do medicamento. Aumentar o consumo de Genéricos e da prescrição por DCI (Denominação Comum Internacional)

Cultura e Desporto

Rever o modelo de gestão dos Teatros Nacionais reparando erros cometidos pela actual Governação

Relançar rede de bibliotecas suspensa pelo actual Governo.

Aposta em novos públicos através de uma maior ligação ao sistema educativo.

Projectar o desporto internacionalmente de forma concertada com o Turismo.

5. O Pilar da Política Externa ao serviço do desenvolvimento

Reforço da diplomacia económica.